



Câmara Municipal de Vila Franca do Campo

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA
DO DIA 27-10-2021

Presidente

-- Ricardo Manuel de Amaral Rodrigues

Vice-Presidente

-- Graça de Fátima Bolarinho Ventura Melo

Vereadores

- Carlos Manuel Melo Pimentel
- Conceição de Jesus Pinheiro Botelho Quental
- Emanuel Sousa Medeiros
- Pedro Miguel de Guilherme Pacheco Costa
- Eunice Maria Pinheiro Sousa

Secretário

- Nuno Filipe Fontes Sousa



Câmara Municipal de Vila Franca do Campo

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA **DO DIA 27-10-2021**

----- Aos vinte e sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um, pelas 10:00, nesta Vila e no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu, em reunião Ordinária a Câmara Municipal, sob a presidência de Ricardo Manuel de Amaral Rodrigues, com a presença dos vereadores, Graça de Fátima Bolarinho Ventura Melo, Carlos Manuel de Melo Pimentel, Conceição de Jesus Pinheiro Botelho Quental, Emanuel Sousa Medeiros, Pedro Miguel de Guilherme Pacheco Costa e Eunice Maria Pinheiro Sousa. --

----- Secretariou a reunião o Secretário da Vereação, Nuno Filipe Fontes Sousa. -----

----- A Ordem de Trabalhos, constante da convocatória e do respetivo edital, é a seguinte: -----

ÍNDICE

DIVISÃO FINANCEIRA

(DL N.º 93/2021) - I N.º 1164/2021 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO – 11.ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO

ÁREA SOCIAL

(DL N.º 94/2021) - I N.º 1171/2021 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - FIXAÇÃO DO NÚMERO DE BOLSAS DE ESTUDO A ATRIBUIR NO ANO LETIVO 2021/2022

BALANCETE



ANTES DA ORDEM DO DIA

Depois de declarar aberta a reunião e de se ter procedido à assinatura da ata da última reunião, o presidente da Câmara Municipal solicitou a inclusão na ordem de trabalhos da presente reunião do assunto abaixo identificado, o que mereceu a aprovação unânime dos presentes: -----

- **(DL N.º 94/2021) – I. N.º 1171/2021 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO – FIXAÇÃO DO NÚMERO DE BOLSAS DE ESTUDO A ATRIBUIR NO ANO LETIVO 2021/2022**

O presidente da Câmara Municipal deu a palavra ao vereador Emanuel Medeiros que solicitou um ponto de situação sobre o restaurante localizado junto à rotunda dos Frades, que se encontra encerrado desde março de 2020 e relativamente à obra realizada no antigo Mercado de Peixe. -----

O presidente da Câmara Municipal explicou que entendeu não dar seguimento aos dois assuntos antes das eleições, deixando para decisão do novo elenco camarário, sendo que o atual concessionário do Restaurante D’Vila fez uma cessão de exploração a uma nova empresa, a qual foi deferida ontem, enquanto isso, as obras no antigo Mercado do Peixe estão concluídas, estando agora a ser tratada a aquisição de equipamentos de cozinha e, posteriormente, de mobiliário. -----

O presidente da Câmara Municipal observou que a aquisição de equipamentos de cozinha e mobiliário andarà perto dos 200 mil euros, encargo inicial que, no entendimento do executivo, seria muito limitativo do número de concorrentes à concessão do espaço, por isso a opção pela aquisição dos mesmos por parte da Autarquia, em contrapartida elevando o valor que estava pensado para a renda a contratualizar com o futuro concessionário. O presidente da Câmara Municipal manifestou também disponibilidade para ouvir as opiniões dos vereadores do PSD em relação ao caderno de encargos para o concurso público para a concessão do espaço do “antigo Mercado do Peixe”. -----

Pedi novamente a palavra o vereador Emanuel Medeiros para considerar que o atual concessionário do Restaurante d’Vila está em incumprimento há muito tempo e não corresponde às exigências do caderno de encargos, defendendo que o espaço devia ter sido reaberto a partir de junho de 2020 e por um período mínimo anual de quatro meses, e referindo ainda que a Câmara não fez cumprir aquela obrigação, o que, no ponto de vista do vereador Emanuel Medeiros constituirá uma ilegalidade. -----

O presidente da Câmara Municipal lembrou que havia sido anunciado pela Câmara que, até final de dezembro de 2021, atendendo à pandemia, havia uma excecionalidade de comportamento dos concessionários, que envolveu quer o restaurante junto à rotunda, quer o aquaparque. Assim, manteve-se as duas concessões nas mesmas condições, não existindo nenhuma ilegalidade, mas sim uma situação excecional de prorrogação do estado destas duas concessões, concedida pelo executivo que estava vigente. -----

De seguida, o vereador Emanuel Medeiros perguntou se estão concluídas as nomeações para os Gabinetes de Apoio à Presidência e à Vereação e quem são os nomeados e que cargos vão exercer, bem como questionou se se confirmava a contratação dos dois elementos anunciados em campanha eleitoral para responsáveis de um Gabinete de Desporto e em que moldes seria esta contratação. Para além disso, pediu esclarecimentos sobre o que está pensado para o Açor Arena e se é intenção da Autarquia nomear alguém para gerir aquele empreendimento e perguntou se existe intenção de nomear alguém de imediato para Chefe de Divisão Administrativa e, depois, abrir concurso público para o cargo.-



Câmara Municipal de Vila Franca do Campo

O presidente da Câmara Municipal informou que nomeou para seu Adjunto o sr. José Eduardo Costa e para seu Chefe de Gabinete o prof. Emanuel Santos, bem como a Filipa Borges e o Nuno Sousa para secretário do Gabinete de Apoio à Vereação, sendo que iria, na mesma data da presente reunião de câmara, reunir com os dois elementos a contratar sob prestação de serviços para o Gabinete de Desporto, que iniciam funções no início de novembro e cujas remunerações estará em condições de informar após reunir com os mesmos. -----

Em relação ao Açor Arena, o presidente da Câmara Municipal deu conta que as obras estão atrasadas por falta de materiais encomendados que não chegaram atempadamente, sendo que, a seu tempo haverá alguém que terá a função de organizar uma planificação para aquele espaço, em conjugação com a Autarquia. Mais disse que, para Chefe de Divisão Administrativa será aberto concurso, a curto prazo. -----

O vereador Emanuel Medeiros disse que se verificava um aumento da despesa com o funcionamento dos referidos gabinetes e considerou a nomeação do Adjunto uma forma de compensar a sua não eleição para a presidência da Junta de Freguesia de Ponta Garça, observando que, a seu ver, não fazia sentido este aumento da despesa corrente numa Autarquia que está sobre assistência financeira do Estado e tem as taxas no máximo. -----

O presidente da Câmara Municipal disse que os gabinetes da Autarquia têm de funcionar de forma adequada e será necessário contratar mais pessoal para dar cabal resposta à necessidades da Câmara e referiu ter a perfeita noção daquilo que o Município pode ou não gastar, tendo existido um aumento substancial de receitas que permite as referidas despesas, podendo gerir os dinheiros da Câmara Municipal com tranquilidade financeira. Numa análise comparativa dos gastos com pessoal, o presidente da Câmara Municipal afirmou que Vila Franca do Campo estará entre as dez autarquias com menores gastos a este respeito, no país. -----

O presidente da Câmara Municipal acrescentou que as receitas são confortáveis e uma gestão que tem sido rigorosa, permitirá, se possível já para o próximo Orçamento, reduzir o IMI de uma forma generalizada no Concelho. -----

O presidente da Câmara Municipal disse, ainda, que comentários de natureza política e especulações sobre o que determinou a escolha do seu Adjunto, são apenas isso, especulações, e que o senhor José Eduardo Costa reúne as condições necessárias para ajudar a Câmara Municipal na área social e da habitação social, sendo que as escolhas dos elementos do gabinete só ao presidente da Câmara Municipal responsabilizam. -----

O vereador Emanuel Medeiros voltou a usar da palavra para considerar que o dinheiro a gastar em despesas correntes devia ser canalizado para ajudar instituições e as juntas de freguesia e reparou que a Área Social tem duas técnicas superiores e uma vereadora, ligada à área há vários anos, e a nomeação do senhor José Eduardo Costa era, a seu ver, passar um atestado de incompetência a estas pessoas e fez, ainda, referência a boatos sobre a nomeação da ex-vereadora Nélia Alves-Guimarães para diretora do Açor Arena e da candidata à presidência da Assembleia Municipal, enfermeira Margarida Pinheiro, para Chefe de Divisão Administrativa. -----

O presidente da Câmara Municipal recordou que, ao longo dos anos, a autarquia criou infraestruturas, tendo originado o surgimento várias empresas do setor empresarial local e fundações, todas elas com conselhos de administração, com administrativos e seus vencimentos, numa rede de investimentos a que é necessário dar continuidade e, acrescentou, que foi opção da Autarquia internalizar a maioria destas



Câmara Municipal de Vila Franca do Campo

empresas municipais e extinguir outras instituições, sendo necessário à Câmara adaptar-se ao novo funcionamento, derivado da internalização destas empresas. -----

Assim, prosseguiu, o presidente da Câmara Municipal, o executivo não está capacitado para, de uma forma eficaz executar e administrar todas as variáveis que as empresas municipais continham, sendo necessário conferir esta capacidade de gestão de todo o património e atividades que estas empresas municipais, agora internalizadas, tinham. -----

Mais disse o presidente da Câmara Municipal, que a afirmação do vereador Emanuel Medeiros referente à passagem de um atestado de incompetência às pessoas adstritas à área social do Município era de uma arrogância inadmissível e uma afirmação pouco educada, tendo todas as pessoas qualidades e defeitos e sendo a reestruturação administrativa e funcional da Câmara exclusiva competência do presidente da Autarquia, que, explicou, considerou o atual mandato muito exigente ao nível da habitação, com muitos milhões de euros a serem investidos na reabilitação do parque habitacional da Câmara, na construção de novas habitações, contratos de empreitadas, fiscalização, entre outros, requerendo uma atenção mais profissional, pelo que chamou a si este pelouro e necessitava de uma pessoa mais atenta a esta situação e a dar-lhe apoio direto, motivo pelo qual nomeou o Adjunto. -----

Quanto a boatos, o presidente da Câmara Municipal disse não ligar a estes e que, a seu tempo, será contratada uma pessoa para gerir o multiusos e para Chefe de Divisão Administrativa será aberto concurso, não sendo convidado ninguém para o cargo. -----

Pedi então a palavra o vereador Pedro Costa para questionar se, no âmbito da cessão de exploração, o restaurante Localizado junto à Rotunda dos Frades iria continuar a ser explorado como um restaurante.

O vereador Pedro Costa afirmou que existem casos alarmantes de pobreza e de habitações em más condições no Concelho e que os milhões de euros que virão para a Região para a área da habitação ainda demorariam a chegar, considerando que os valores em que a despesa corrente aumenta com nomeações resolveria, no imediato, várias situações, contudo, compreendia que o PS é que governa e decide. -----

O vereador Pedro Costa disse, também, que surgem situações complicadas, por exemplo, quando ocorrem chuvadas, para os moradores da Rua do Carneiro e de Fall River, onde decorrem obras, perguntando qual o ponto de situação das obras e para quando se previa a sua conclusão. -----

Prosseguiu o vereador Pedro Costa para considerar que, na Rua Prof. Eduíno Terra Vargas, em Ponta Garça, a drenagem da água das chuvas era insuficiente, originando-se lençóis de água e questionar se teriam sido tomadas medidas para colmatar estas lacunas. -----

O presidente da Câmara Municipal respondeu que não foi alterado o objeto da concessão, pelo que a infraestrutura junto à Rotunda dos Frades continuaria a funcionar como um restaurante. -----

O presidente da Câmara Municipal referiu que a Autarquia não está numa situação financeira que obrigue a optar pela contratação de pessoal ou pelos apoios sociais, havendo condições financeiras para atuar em ambos os setores. Contudo, lembrou, que a área da Habitação é uma competência do Governo Regional, em que as Autarquias atuam como complemento, existindo capítulos do orçamento da Câmara destinados ao apoio à habitação, cuja dotação foi aumentada, havendo disponibilidade financeira para fazer face às solicitações existentes no concelho. -----

O presidente da Câmara Municipal reiterou que a Autarquia vai construir habitação e será uma prioridade porque o Governo Regional, de há muito a esta parte, não tem investido na área e não dá resposta suficiente, tendo a Câmara visto necessidade de se substituir ao Governo Regional e investir no setor.



Mais explicou que, as obras na Rua do Carneiro e Fall River foram objeto de dois concursos públicos, um primeiro que diz respeito à execução dos passeios e está finalizado e um segundo, que diz respeito à asfaltagem da via, sendo os incómodos daí provenientes consequência natural da empreitada de melhoria da via. -----

Em relação à drenagem das águas das chuvadas, na Rua Padre Eduíno Terra Vargas, o presidente da Câmara Municipal observou que as intempéries vão sempre causar problemas, em qualquer parte do mundo e lembrou que foi realizado um investimento naquela rua, com asfaltagem e construção de lombas e, ainda, obras a montante daquela via, melhorando substancialmente a situação de acumulação das águas. Para além disso, o presidente da Câmara Municipal referiu que existem outras obras, de privados, que a Autarquia vai tentar, junto da Direção Regional do Ambiente, ver acauteladas, dado que houve terraplanagens a montante, onde será necessário atuar de forma a minimizar a chegada de águas torrenciais. -----

O vereador Pedro Costa voltou a usar da palavra para defender que as juntas de freguesia, como estão mais próximas das populações, têm de fazer o seu “trabalho de casa” no sentido de melhor informar a população e também de tratar e fazer chegar os processos com vista a apoios à habitação ao Governo Regional, de forma que o auxílio deste se efetive. -----

O presidente da Câmara Municipal disse ter uma ótima impressão do trabalho da todas as juntas de freguesia e afirmou que não tem sido possível ao executivo camarário reunir com o diretor regional da Habitação e com o vice-presidente do Governo Regional, que tem a tutela da habitação, o que seria conveniente para que se possa coordenar os investimentos a realizar de parte a parte e a oferta que irá existir para habitação, acreditando que tal será possível assim que finalizados os trabalhos relativos ao Plano e Orçamento da Região, uma vez que foram solicitadas audiências por parte da Câmara. -----

Pediu novamente a palavra o vereador Pedro Costa, para dar conta de uma carta de um grupo de moradores da Rua dos Foros e Rua de Santo Amaro, na qual se queixam de uma obra de um privado, feita sem placa de identificação e questionar se a Autarquia dará resposta à referida carta. -----

O presidente da Câmara Municipal afirmou que as obras feitas no Concelho têm todas as mesmas regras, estando abrangidas pelo Plano Diretor Municipal, pelo que a Câmara não tem poder discricionário sobre a localização das obras, que ou são legais ou ilegais, sendo que a obra em concreto se encontra legalizada. -----

A vereadora Eunice Sousa pediu a palavra para recomendar à Câmara Municipal que se envidem esforços para a reativação do Conselho Municipal de Juventude (CMJ), dando oportunidade para que os jovens e associações do Concelho o dinamizem e possam dar o seu contributo, num importante exercício de cidadania e participação, e sugeriu que a representação do Município no Conselho de Juventude dos Açores seja feita por quem é eleito em sede de CMJ, bem como desafiou a Câmara a disponibilizar toda a informação referente ao Conselho Municipal de Juventude num portal online. -----

O presidente da Câmara Municipal lembrou que o CMJ foi reativado no anterior mandato, tendo reunido a 12 de fevereiro de 2020 e delineado um plano de atividades, contudo a pandemia tornou-se uma realidade na ilha no mês seguinte e levou a um hiato no funcionamento normal do CMJ. Mais explicou, que no final de cada mandato caem os anteriores representantes e a composição do CMJ também deriva de eleições da Assembleia Municipal (AM), sendo que ainda não foi realizada nenhuma reunião da AM que permitisse habilitar a convocação de um CMJ. -----



O presidente da Câmara Municipal observou ainda que a vice-presidente da Autarquia marcou presença no Conselho de Juventude dos Açores exatamente porque não foi eleito ainda este representante do CMJ e a Câmara Municipal achou que era importante estar presente, no caso com a responsável pelo pelouro da juventude. Depois de convocada a Assembleia Municipal e depois de convocado o CMJ, haverá oportunidade de compor a orgânica do Conselho, para que tudo funcione normalmente e este possa corresponder às expectativas. -----

ORDEM DO DIA

DIVISÃO FINANCEIRA

(DL N.º 93/2021) - I N.º 1164/2021 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO – 11.ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO - Foi presente à reunião a proposta de alteração ao orçamento da autarquia, assente, principalmente, na inscrição de mais 210 mil euros na rubrica referente a “Reparação e Beneficiação de Habitações” (passando a constar na rubrica um total de 300 mil euros), para lançar concurso com vista à recuperação de parte significativa da habitação social, propriedade da Câmara. ---- Colocada a votação a proposta foi aprovada de forma unânime. -----

ÁREA SOCIAL

(DL N.º 94/2021) - I N.º 1171/2021 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO – FIXAÇÃO DO NÚMERO DE BOLSAS DE ESTUDO A ATRIBUIR NO ANO LETIVO 2021/2022 - Em ordem ao procedimento de atribuição pelo município, de bolsas de estudo para o ano letivo 2021/2022, e em cumprimento do disposto no artigo 3º do Regulamento do Programa Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo, o presidente da Câmara Municipal propôs que a Câmara deliberasse: -----
“1 – Determinar a abertura do concurso, durante o mês de novembro, para atribuição das bolsas de estudo; -----
2 Fixar em 5, o número de bolsas a conceber, sendo uma bolsa de estudo por mérito e quatro bolsas de estudo por carência económica; -----
3 – Designar a Comissão Técnica de Análise, que será composta pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal Dr. Ricardo Rodrigues, e que coordenará a comissão; pela Vice-Presidente da Câmara Municipal Dra. Graça Melo e pelo Chefe de Gabinete Dr. Emanuel Santos. -----
Em conformidade com o disposto no nº 6, alínea a) e 7 do referido artigo 3º, o montante máximo da bolsa de estudo é de 658.22€, correspondente a 1,5 o valor do IAS (indexante de apoios sociais) para o ano 2021, com escalonamento em função dos rendimentos do agregado familiar do candidato”. -----
Pedi a palavra o vereador Emanuel Medeiros para recomendar o alargamento o número de bolsas a atribuir, que considerou insuficiente para o número de alunos do Concelho no Ensino Superior, tendo o presidente da Câmara Municipal explicado que as candidaturas às bolsas não são muito numerosas, havendo uma atenção da Autarquia, no sentido de aumentar o número de bolsas, caso se verifique uma grande aumento no número de candidaturas. Em segundo lugar, o presidente da Câmara Municipal



apontou que se trata de um apoio extraordinário, um complemento, competindo, sim, à Ação Social Escolar atribuir bolsas de estudo aos alunos carenciados. -----
Em relação aos valores envolvidos na atribuição das bolsas, o presidente da Câmara Municipal lembrou que às bolsas de estudo a atribuir agora, se juntam as bolsas dos alunos que as recebem desde há três anos letivos a esta parte (basta requererem a renovação do apoio) e frisou que, caso se justifique, há abertura para dialogar, no sentido de aumentar o número de bolsas a atribuir e a dotação. -----
Pedi novamente a palavra o vereador Emanuel Medeiros para considerar que o número de candidatos pode ser baixo por falta de conhecimento da existência das bolsas e recomendar que a Autarquia realize uma campanha de divulgação das bolsas de estudo, junto dos estudantes do Concelho. -----
O presidente da Câmara Municipal voltou a vincar a disponibilidade para aumentar o número de bolsas a atribuir, caso a procura também aumente e assim o justifique. -----
Submetida a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA

- **BALANCETE** - Foi presente a esta reunião o Balancete da Tesouraria Municipal, referente ao dia 26 de outubro, na importância de 5 326 476, 73 € (cinco milhões, trezentos e vinte e seis mil e quatrocentos e setenta e seis euros e setenta e três cêntimos). -----

----- Estes assuntos foram aprovados em minuta, por unanimidade, para efeitos de execução imediata. -----

----- Não havendo outros assuntos a tratar e sendo 11:30, o senhor Presidente declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se elaborou a presente ata que eu, Nuno Filipe Fontes Sousa, Secretário da Vereação, mandei escrever e subscrevo. -----

----- Declaro ainda que a presente ata contém oito folhas. -----